

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATA
1.1 – 4ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 3 – ERRATA



ATA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/2/2023

Presidência do Deputado Duarte Bechir

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 9/2023; Requerimentos nºs 178, 183, 191, 192, 198, 199, 201, 202, 207, 208, 210 e 211 a 213/2023 – Comunicações: Comunicações das Bancadas do Partido Liberal e da Federação PSDB – Cidadania e das Representações Partidárias Patriota, Partido Democrático Trabalhista, Movimento Democrático Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro, Solidariedade e Partido Republicano da Ordem Social e das Bancadas do Progressistas e do Partido Social Democrático e das Representações Partidárias Republicanos, Podemos, Partido Social Cristão, Partido Novo, Partido da Mobilização Nacional, União Brasil e Avante – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Zé Guilherme, Delegado Christiano Xavier, Rodrigo Lopes, Doutor Jean Freire e Caporezzo, da deputada Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel – Registro de Presença – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Leitura de Comunicações – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Ricardo Campos – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 14h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– A deputada Bella Gonçalves, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – encaminhando cópia da retificação do Termo de Doação nº 3/2023/Copaf/CGPF/DIF/Dnit Sede (SEI nº 13421922). (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Câmara Municipal de Monjolos informando a composição da nova Mesa Diretora dessa casa para 2023 e 2024. (– Ao Centro de Apoio às Câmaras.)

Da União Nacional dos Legislativos Estaduais – Unale – formulando voto de congratulações com o deputado Tadeu Martins Leite por sua eleição para a presidência desta Casa e colocando-se à disposição trabalharem juntos pelo fortalecimento do Parlamento Mineiro. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Diretório Estadual do Partido da Social Democracia Brasileira em Minas Gerais parabenizando esta Casa pela instalação da 20ª Legislatura e informando a filiação da deputada Maria Clara Matos Marra ao PSDB. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Diretório Estadual do Partido Progressista de Minas Gerais informando a filiação do deputado Enes Cândido Damascena Júnior ao referido partido. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Raimundo J. dos Reis Filho solicitando a intermediação desta Casa para que sejam encaminhadas aos organismos internacionais que menciona as denúncias de torturas por ele sofridas, anexadas ao documento. (– À Mesa da Assembleia.)

Da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.153/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.219/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.005/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.351/2022, da Comissão de Minas e Energia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.328/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.486/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 9/2023

Acréscena o art. 1º-A à Lei nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, que reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, o seguinte art. 1º-A:

"Art. 1º-A – Na atuação do Estado com vistas a garantir atendimento adequado às pessoas surdas ou com deficiência auditiva, serão observadas as seguintes diretrizes:

I – apoio ao uso e à difusão da Libras;

II – fomento à disponibilização, nos serviços de atendimento ao público, de recursos de comunicação em formato acessível."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de janeiro de 2023.

Deputado Grego da Fundação (PMN)

Justificação: Em Minas Gerais, a Lei Estadual nº 10.379, de 1991, reconhece oficialmente a Libras como meio de comunicação objetiva e de uso corrente no Estado. De acordo com a norma, o Estado deve disponibilizar profissionais intérpretes da língua de sinais nas repartições estaduais que atendem público externo e qualificar servidores públicos estaduais para esse fim. Ao estabelecer que na atuação do Estado com vistas a garantir atendimento adequado às pessoas surdas ou com deficiência auditiva, serão observadas apoio ao uso e à difusão da Libras e fomento à disponibilização, nos serviços de atendimento ao público, de recursos de comunicação em formato acessível, a proposição ampliar as possibilidades de recursos de comunicação acessível a serem utilizados para a inclusão de pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, da Pessoa com Deficiência e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 178/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulada manifestação de apoio à vereadora Maria Tereza Capra – PT – pelas inúmeras ameaças de morte recebidas e pela cassação de seu mandato na Câmara Municipal de São Miguel do

Oeste (SC) por denunciar gesto nazista feito por dezenas de bolsonaristas em frente à base do Exército da cidade. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 183/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à criação de 30 unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais para atendimento de demanda reprimida, bem como à elevação do número de cargos de diretor pedagógico de 30 para 60, para compatibilização dessa demanda. (– À Comissão de Educação.)

Nº 191/2023, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para manutenção e melhorias imediatas na MGC-464, que liga Conquista a Sacramento. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 192/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis de Salinas pela prisão, no dia 31/1/2023, de um foragido da justiça condenado pelos crimes de furto e roubo praticados no ano de 2007. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 198/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com Angelo Oswaldo de Araújo Santos por sua eleição para a presidência da Associação das Cidades Históricas do Estado de Minas Gerais. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 199/2023, do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Helder Paulo Carneiro, prefeito municipal de Campina Verde, pelo empenho junto ao Ministério Público Federal, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e a demais órgãos competentes com vistas ao esvaziamento da Barragem do Bicano. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 201/2023, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a urgente recuperação da Rodovia LMG-878, entre Cordislândia e São Gonçalo do Sapucaí, que se encontra em péssimo estado de conservação. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 202/2023, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a urgente recuperação da Rodovia AMG-1615, entre Cristais e o trevo que dá acesso à Boa Esperança e Campo Belo, que se encontra em péssimo estado de conservação. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 207/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o andamento das obras do Programa Brasil Profissionalizado, nas escolas técnicas dos Municípios de Manga, Brasília de Minas, Monte Azul, Espinosa, Joáima e Bocaiuva, as quais foram iniciadas em 2005, com término previsto para 2012, e que em 2018 estavam com 90% dos trabalhos concluídos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 208/2023, do deputado Oscar Teixeira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Faculdade Verde Norte – Favenorte – pelos 20 anos de relevantes serviços prestados no campo do ensino superior na região Norte de Minas e principalmente na microrregião da Serra Geral. (– À Comissão de Educação.)

Nº 210/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a regulamentação e execução da Lei nº 23.530, de 6 de janeiro de 2020, que autoriza o Estado a utilizar veículos automotores apreendidos em razão da prática de crimes ou de ilícitos administrativos, norma de relevante benefício para o Estado, especialmente para as forças de segurança, uma vez que permite o aumento do número de veículos à disposição das forças policiais estaduais para o desempenho de suas funções, além de possibilitar uma destinação mais célere aos inúmeros veículos recolhidos sob a guarda do Estado, os quais, além de gerarem despesas aos cofres públicos, ainda se deterioram com o passar do tempo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 211/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de realização, em 2023, dos tradicionais Jogos do Interior de Minas – Jimi – e se serão realizados nos mesmos moldes das edições anteriores, com utilização do sistema de disputa regional e final já consagrado e com as mesmas modalidades esportivas, coletivas e individuais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 212/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com as equipes de Tênis de Mesa do WRTT Tênis de Mesa, da Associação Varginhense de Esportes e do TM – Academia de Tênis de Mesa pela conquista de nove, quatro e uma medalha de ouro, respectivamente, na terceira etapa do Campeonato Mineiro de Tênis de Mesa, realizada em Varginha, em novembro de 2022. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 213/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a atleta Fernanda Reis pela conquista da Medalha de Ouro em duas categorias da terceira etapa do Campeonato Mineiro de Tênis de Mesa, realizado em novembro de 2022, em Varginha, sagrando-se tetracampeã mineira juvenil e pentacampeã no absoluto. (– À Comissão de Esporte.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Bancadas do Partido Liberal e da Federação PSDB – Cidadania e das Representações Partidárias Patriota, Partido Democrático Trabalhista, Movimento Democrático Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro, Solidariedade e Partido Republicano da Ordem Social e das Bancadas do Progressistas e do Partido Social Democrático e das Representações Partidárias Republicanos, Podemos, Partido Social Cristão, Partido Novo, Partido da Mobilização Nacional, União Brasil e Avante.

Oradores Inscritos

O deputado Zé Guilherme – Boa tarde a todas companheiras deputadas e companheiros deputados; boa tarde aos que nos assistem pela TV Assembleia e pelas mídias sociais.

Sr. Presidente, companheiro Duarte Bechir, quero, no início desta 20ª Legislatura, cumprimentar todos os colegas reeleitos, os novos deputados e as novas deputadas. Tenho certeza absoluta de que temos uma missão muito grande a cumprir nesses próximos quatro anos. Fico muito feliz com o aumento de deputadas estaduais. O número de deputadas vem aumentando a cada legislatura, e isso é muito bom, muito bom para o Parlamento, muito bom para a discussão.

O Parlamento é o lugar de todas as ideias, e nós representamos toda a sociedade mineira aqui, que é onde se discutem as ideias. Tenho certeza absoluta de que, nesta legislatura, os trabalhos vão render muito, buscando-se a melhoria da qualidade de vida com políticas públicas para o povo de Minas Gerais.

Hoje, especialmente, Sr. Presidente, venho tratar de um assunto, e todos os que me conhecem sabem da minha caminhada em defesa das pessoas com deficiência e dos doentes raros. É um público muito grande, e nós temos que fazer uma defesa muito forte, visto que ainda são muito deficientes as políticas públicas para esse segmento.

E, no último dia 31 de janeiro, eu estava viajando e recebi uma ligação do companheiro deputado Grego, em seu primeiro mandato. Ele colocou em uma reunião comigo um amigo que tratava da dificuldade de obter remédios que são provenientes do canabidiol. São, em sua maioria, remédios caros, importados a que as famílias de baixa renda têm quase que zero de acesso. Então nós precisamos voltar a atenção para esse grande problema de saúde pública em Minas Gerais. Estou vendo chegar aqui o companheiro deputado Doutor Jean Freire com quem, na nossa legislatura passada, chegamos a trocar uma ideia aqui, em Plenário, sobre esse assunto, sobre o canabidiol. Deputado Jean Freire, você que está chegando agora, nós chegamos a trocar uma ideia aqui. Na última semana, eu recebi várias mensagens em minhas redes sociais sobre a falta de legislação em Minas Gerais acerca da distribuição de medicamentos à base do canabidiol. Acho que todos sabem que, no dia 31 de janeiro, o governador de São Paulo, Tarcísio Freitas, sancionou a Lei nº 17.618, de 2023, que institui uma política de distribuição gratuita desses fármacos naquele estado.

A Anvisa já aprovou mais de 20 produtos à base do canabidiol no Brasil, mas a realidade de quem precisa é muito deficitária. Quem tem prescrição médica para o uso da Cannabis e não consegue acesso ao medicamento, seja por causa do valor, seja porque não é comercializado no Brasil, aciona o Judiciário para ter assegurado o seu direito à saúde. A quantidade de ações nesse sentido está crescendo bastante, o que sobrecarrega os tribunais e gera desgaste para o cidadão e para o Estado. Ninguém quer ou gosta de judicializar, mas, tendo em vista a falta de regulamentação acerca da matéria, hoje é preciso que isso aconteça. A eficácia e a segurança dos medicamentos à base da Cannabis têm sido atestadas em estudos e pesquisas nacionais e internacionais, e não por acaso praticamente todo o continente europeu, os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Argentina, o Chile, a Austrália e vários outros países permitem o uso medicinal da Cannabis. Essa planta tem sido essencial no tratamento de doenças como a epilepsia, o Parkinson, o autismo e outras mais, auxiliando também em quadros de depressão e de dores crônicas. Eu conheço um companheiro de muitos anos que milita muito no futebol amador, o Ernani do Carmo, que tem um filho, o Naninha, que chegou a ter 110 crises num dia só. Teve que ficar internado no CTI, e a dificuldade de obter o medicamento era terrível.

Dessa forma, com o intuito de permitir a distribuição dos medicamentos aos pacientes que têm prescrição médica para o uso da Cannabis em todo o Estado, apresentei o Projeto de Lei nº 214/2023, pois a criação de uma política para a concessão dos fármacos com base em evidências científicas e laudos médicos individualizados pode proporcionar uma significativa melhora no quadro de saúde dos mineiros. Assim eu peço aos meus colegas que nós iniciemos a discussão desse tema aqui na Casa. Tenho certeza absoluta de que é necessária essa política pública no Estado para que possamos atender esses pacientes. Nós temos companheiros aqui médicos, e eu acho que já passou do momento de a gente trazer essa discussão para a Assembleia de Minas Gerais para que possamos implementar esse atendimento e as pessoas de baixa renda possam ter acesso aos remédios. E são geralmente as crianças que têm ataques. Como eu disse, o Naninha, filho do Ernani, chegou a ter 110 crises em um só dia e passou mais de um mês no CTI. É muito importante que nós tenhamos atenção para esse grande problema de saúde pública. Então, eu peço o apoio – o debate vai ser aberto aqui nesta Casa – e a compreensão dos colegas para esse fato.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Um forte abraço a todos, e o principal: fiquem com Deus!

O deputado Delegado Christiano Xavier – Boa tarde a todos e a todas; ao Exmo. Sr. presidente Tadeuzinho, aqui representado pelo nosso presidente Duarte Bechir, amigo partidário; aos membros desta Mesa diretora, a qual parabeno pelos inícios dos trabalhos; aos demais servidores da Casa; à imprensa; ao pessoal que nos acompanha pela TV Assembleia.

É com muita satisfação que me dirijo a todos vocês nesta data de hoje, em sessão plenária, para me apresentar e me colocar à disposição dos nossos nobres pares e colegas desta Casa e da população mineira como um todo. Eu sou o deputado estadual Christiano Xavier e carrego o nome de delegado em razão dos meus mais de 15 anos prestados como servidor público estadual e mais de 25 anos como policial civil no Estado de Minas Gerais. Sou nascido em Contagem, criado em Belo Horizonte, mas adotado por Santa Luzia, cidade que me acolheu, à qual me dedico muito e onde fui delegado por muitos anos, fazendo um trabalho muito forte de combate à criminalidade e paralelamente um trabalho social, que desencadeávamos através da Associação Vital, uma associação para a qual a gente dava amparo jurídico, psicológico e social para vítimas de pedofilia, vítimas de violência doméstica e familiares vítimas de crime de homicídio. Dessa dedicação como delegado e na área social, eu enveredei pela área política e participei de uma eleição extemporânea em 2018 após a cassação da prefeita daquele município. O município passava por uma série de dificuldades. Já haviam passado mais de seis prefeitos em alternância. Secretários de Obras, em menos de dois anos, foram mais de 30, então menos de um por mês, e a cidade estava em uma situação de completo desamparo, há muitos e muitos anos com as obras paralisadas e com todo tipo de dificuldade que se possa imaginar. Então fui candidato naquela ocasião e ganhei aquela eleição extemporânea para um mandato-tampão de dois anos. Chegamos com um cenário totalmente devastador: muita maracutaia, muita matrifuscia, funcionários fantasmas, mais de R\$100.000.000,00 em contratos superfaturados e irregulares, dos quais propiciamos denúncias às autoridades competentes, e passando ainda por uma série de dificuldades naquele momento. A gente estava naquele período em que o governador

não estava fazendo os repasses constitucionais aos municípios, então se juntaram todos esses tipos de dificuldades. Mas, mesmo assim, com o empenho da nossa equipe, do nosso secretariado, com o apoio da população, nós conseguimos fazer um mandato muito forte. Nós construímos Umeis, postos de saúde, dezenas e dezenas de ruas asfaltadas. A cidade virou um canteiro de obras a céu aberto – e isso de 2018 a 2020. Fechamos a torneira do desperdício, da corrupção. Naquele momento também, logo em seguida, veio a pandemia, e fizemos um trabalho de uma forma também diferenciada da capital, por exemplo, em que se optou por fechar o comércio. Lá nós propiciamos que os comerciantes, os empreendedores não fechassem suas portas, que eles fizessem a alternância dos dias, intercalando, assim como as igrejas, e isso consequentemente levou a não gerarmos aquela quebradeira toda no comércio como a gente viu aqui em Belo Horizonte, não é? Abrimos também um hospital que há mais de sete anos estava fechado e que, naquele momento da pandemia, foi muito importante e está sendo muito importante até hoje. E também, na fila da vacinação, vacinamos primeiro os trabalhadores, os professores, os motoristas de ônibus e deixamos os presos por último. Fizemos de forma a priorizar os trabalhadores. Após cumprir esse mandato-tampão, fui reeleito prefeito novamente de Santa Luzia com mais de 70% dos votos, uma aprovação boa da população, uma votação histórica naquele município, que até então nunca tinha feito um deputado estadual em seus mais de 330 anos de história.

Santa Luzia hoje tem, pela primeira vez, um deputado estadual eleito representando a cidade. Então, ao todo, juntando o mandato tampão com o mandato ao qual eu renunciei para disputar a deputado estadual, eu fiquei ao todo 3 anos e 8 meses. Apesar de serem dois mandatos, no tempo, não soma um mandato só, porque foram 3 anos e 8 meses. Digo que é muito importante a postura de um prefeito que pode mudar a história de um município, e mostramos isso de forma muito correta. Digo que ser prefeito é uma coisa muito trabalhosa, muito difícil. Agora, a gente inicia um novo ciclo da nossa vida na representatividade de Santa Luzia, como deputado estadual, aproveitando-se da experiência como prefeito de uma grande cidade para também ajudar os prefeitos de vários municípios, que passam por muitas situações difíceis durante os seus mandatos.

Quero poder ajudar também, aqui, nesta Casa, como deputado estadual, e fazer um bom mandato. Junto com os nossos pares, quero continuar honrando aqueles que confiaram em nós o seu voto e a sua fé. Conto com cada um de vocês e com os nossos pares para juntos mudarmos a história da população da nossa cidade. São várias as ações que queremos juntos trabalhar, aqui, nesta Casa. Uma delas é a melhoria da mobilidade urbana e do transporte público. Uma ideia muito boa que tem sido proliferada em diversos municípios mineiros, Sr. Presidente, é a tarifa zero, que já é realidade em vários municípios do Estado de Minas Gerais. Eu tenho feito coro para que Santa Luzia logo possa entrar também com essa demanda. Tenho feito várias reuniões com o nosso prefeito, Pastor Sérgio, com a população, visitando algumas cidades. Nós vamos ter – tenho certeza – a oportunidade de mostrar toda a vantagem dessa medida. Vários municípios já têm. Aqui, em Minas Gerais, são cerca de 15. Vou citar alguns: Caeté, aqui pertinho de nós; São Joaquim de Bicas, já é tarifa zero; Mariana; Ouro Branco; São Lourenço; Cláudio; Itatiaiuçu; Abaeté; Lagoa da Prata; Monte Carmelo; e agora, no dia 29 de janeiro, Ibirité, uma cidade com 185 mil habitantes também já implementou a tarifa zero; Nova Lima, aqui pertinho, também abaixou para R\$2,00. E eu já tenho dados e a certeza de que nós vamos avançar muito nesse quesito, em Minas Gerais.

Quero, aqui, nesta Casa, também termos a oportunidade de mostrar toda essa viabilidade da tarifa zero e quem sabe implementar isso nos ônibus metropolitanos, porque, para o pessoal da Região Metropolitana, sai caro trabalhar em Belo Horizonte e, muitas vezes, não consegue um emprego por conta do preço da passagem de ônibus. É um desafio muito grande que queremos bater de frente.

Outro importante ponto, dentre tanta vontade de trabalhar e de fazer acontecer, é que logicamente não podíamos deixar de mencionar a segurança pública, na qual tenho minha raiz e pela qual vamos fazer muito. Mas também quero atuar fortemente na defesa dos idosos, o pessoal da melhor idade, na fiscalização dos lares, das instituições de longa permanência. Passamos por severos problemas em Santa Luzia: instituições sem a fiscalização adequada; abandono; todo tipo de coisa ruim envolvendo a nossa

população da melhor idade. Vários chegavam ao hospital machucados, até mesmo evoluindo a óbito em determinado momento. Tenho um carinho enorme por essa massa da nossa população. Todos nós estamos passando por isso e vamos chegar. Todos nós somos projeto de aposentado e vamos chegar a essa fase. A população do Brasil tem envelhecido muito e precisa de um olhar diferenciado. Assim como temos os protetores dos animais, das doenças raras, enfim, de vários segmentos, podemos também ter um protetor, aqui, da nossa melhor idade e dos nossos idosos.

Para a segurança pública, como policial civil há mais de 25 anos e filiado ao sindicato dos servidores, do Sindpol, e do Sindepol-MG, que é o Sindicato dos Delegados de Polícia Federal, também queremos atuar fortemente em prol das forças da segurança e das guardas municipais, em relação aos seus direitos e à melhoria da segurança pública como um todo para o cidadão que está na rua. Com diálogo, precisamos avançar no que for possível.

Para finalizar, quero atuar também muito na questão municipalista, pessoal. É um pacto federativo. A gente vê que muitos municípios têm uma arrecadação muito forte e não conseguem gastar.

Chega o final do ano, ficam acelerando para comprar um monte de coisa, para fazer índice. E outros municípios num malabarismo enorme, não conseguem pagar conta nenhuma, com o pires na mão, e vivendo, na maioria das vezes, apenas com o FPM, que é o Fundo de Participação dos Municípios. E muitos municípios, gente, com muito recurso, e sem conseguir gastar. Eu acho que podemos, sim, chegar a um pacto mais justo, para que todos os municípios... Para o município poder dar tarifa zero, é claro, ele tem que ter dinheiro para pagar. Por que outros não têm? Por que o cidadão mineiro fica a mercê dessa vulnerabilidade?

É isso. Os mineiros, então, que votaram em mim, todos os mineiros podem esperar um deputado aguerrido, trabalhador, compromissado. O deputado Vítório Júnior, que estou vendo ali, a Nayara, os nossos amigos do Vetor Norte, esperamos trabalhar unidos pelas demandas da nossa região.

E aqui um muito obrigado a todos os nossos luzienses, que, pela primeira vez, têm um representante nesta Casa, a todo o pessoal do Vetor Norte e a todos os nossos municípios mineiros – tivemos voto em cerca de 430. Muito obrigado.

A deputada Bella Gonçalves (em aparte) – Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela conquista do seu mandato. A gente já se esbarrou ali por Santa Luzia, onde também temos uma atuação forte junto às ocupações urbanas. Então vamos trabalhar muito juntos aqui.

Queria dizer da alegria de ver alguém trazendo o tema da tarifa zero de fato, aqui, para este Plenário. Hoje talvez esse seja um dos maiores problemas que nós temos nas regiões metropolitanas, que é um debate estadual. A ausência de integração tarifária, a ausência de integração do sistema de transporte metropolitano faz com que uma pessoa que vive no Palmital, que more no Palmital, para se locomover para outra cidade, às vezes para Belo Horizonte, tenha que pagar quantidades absurdas de dinheiro. E, muitas vezes, isso interfere em nossa integração enquanto metrópole, aqui mesmo.

Além disso, hoje, os problemas que nós temos no sistema de transporte são ainda mais graves no caso do transporte metropolitano. É ônibus com pneu furado, é ônibus quebrado, é ônibus que apresenta risco para a população que transita. E isso tudo tem a ver com a mesma máfia que se estabeleceu desde a década de 1960, na cidade de Belo Horizonte e na metrópole. As mesmas empresas de ônibus que operam em Belo Horizonte operam em Valadares, operam na Região Metropolitana de Belo Horizonte. São as mesmas famílias que, há 60 anos, constituíram o que a gente chama da máfia do transporte. E é muito importante – conte com a gente e com o nosso mandato – fiscalizar essa máfia do transporte estadual aqui, porque, com uma tarifa tão cara, não se justifica um transporte de tão péssima qualidade. E para produzir tarifa zero, que eu acho que é o nosso horizonte comum – o transporte enquanto um direito, não condicionado pela condição econômica da pessoa... Acho que a tarifa zero traz a concretude do direito constitucional que foi inserido depois de 2013, na Constituição, que é o direito à mobilidade urbana. Para que ela aconteça, a gente precisa pensar no sistema como um todo. Porque todo subsídio à tarifa, que diminua a tarifa ou que garanta a tarifa zero, pode ou diminuir a tarifa e garantir a tarifa zero ou engordar o bolso da máfia do transporte. Então esse tem que ser um movimento conjunto. Atacar a máfia do

transporte, para que o povo pare de sofrer na mão deles, e, por outro lado, avançar pela gratuidade do transporte e pela melhoria dos preços.

Conte comigo, e parabéns pela pauta.

O deputado Delegado Christiano Xavier – Obrigado.

O presidente – Parabênzo o deputado Christiano, da nossa bancada, pela primeira fala. Seja sempre bem-vindo, deputado. Parabéns também pela fala!

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Rodrigo Lopes.

A presidência informa que, ao lado do orador, há uma TV pequena onde consta o tempo de fala ainda restante. Monitorados por esse tempo, saberão quanto tempo de fala ainda têm e poderão cumprir, se quiserem ou não, os 15 minutos determinados. Pois não, deputado.

O deputado Rodrigo Lopes – Cumprimento aqui o nosso presidente, deputado Duarte Bechir; o deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário, representante também do Sul de Minas; o deputado Bosco, aqui comendo a Mesa; todas as deputadas e os deputados aqui presentes.

É uma alegria poder falar pela primeira vez deste parlatório aqui, neste Parlamento estadual, e me apresentar a toda Minas Gerais como deputado recém-chegado, vindo de uma origem humilde de um distrito da zona rural de Andradas, Distrito de Campestrinho. Nascido na agricultura familiar, trabalhei na lavoura até os meus 23 anos. Sou da zona Rural, busquei construir cada dia a história, a representação da nossa localidade e, assim, busquei oportunidades. Estudei em escola pública desde o primário ao ensino médio, até que, em um determinado momento, tive a oportunidade de conseguir uma bolsa de estudos e de cursar uma primeira faculdade e me informar professor de geografia no ano de 2008. Tornei-me, depois, um servidor efetivo do Estado de Minas Gerais, justamente para lecionar e para atender às demandas educacionais do nosso estado como professor. Então é uma história de vida comum a muitos mineiros e mineiras que, graças a Deus, com as oportunidades que a vida nos deu e com as possibilidades que nós encontramos pelo caminho, nós chegamos a essa formação hoje: professor, administrador público de formação.

E tive ainda o privilégio maior de, aos meus 29 anos, ser candidato e eleito prefeito de Andradas, o prefeito mais jovem da história do município, à época, com 29 anos, sendo reeleito em 2016. O prefeito mais votado da história do município, até então, com 76% dos votos. A população nos deu a credencial para continuarmos o segundo mandato. Também me formei, ainda durante a minha gestão enquanto prefeito, em administração pública, justamente unindo duas pautas importantes: a educação e a gestão pública de qualidade. A gestão pública transforma a vida das pessoas e faz a diferença no dia a dia de cada cidadão. Tive o privilégio de, no meu segundo mandato como prefeito, presidir o Cissul Samu, o maior consórcio de saúde pública do Brasil, sediado em Varginha, composto por 153 municípios do Sul de Minas, com 29 hospitais credenciados, com 35 bases descentralizadas e atendendo uma população de quase 3 milhões de habitantes. Com a responsabilidade de zelar por um consórcio que dá o primeiro socorro, que atende o chamado 192 e, principalmente, fazer com que essa grande instituição, que tem quase 600 colaboradores, não servisse a um propósito político-eleitoral, mas à necessidade dessa população.

Como prefeito da cidade de Andradas, nós tivemos a oportunidade de lutar pela solução de um problema de segurança pública e criamos a Guarda Municipal de Andradas, no ano de 2015, a qual formamos, de acordo com a Lei Federal nº 13.022, e a colocamos para atender o serviço de segurança pública. Então nós conseguimos trabalhar com ênfase no tripé da educação, da saúde e da segurança pública. E nós colocamos o nosso nome à disposição para vir a este Parlamento para fazer a diferença para Minas Gerais, para somar os esforços de todos aqueles parlamentares que já representam o Sul de Minas e, com certeza, para garantir o direito das pessoas.

Tenho que registrar aqui duas pessoas que foram imprescindíveis nessa minha trajetória para que eu aqui chegasse como parlamentar: o deputado federal Bilac Pinto, um grande amigo, um parlamentar exemplar, que já ocupou o cargo de secretário de

Governo por duas vezes, aliás, três vezes – secretário de Ciência e Tecnologia, secretário de Desenvolvimento Regional e Urbano, e secretário de Governo, na última gestão; uma pessoa que nos deu todo o respaldo e toda a possibilidade de estarmos aqui; e o nosso grande líder, senador mineiro Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso Nacional, uma pessoa que orgulha Minas Gerais, um defensor da democracia, uma figura ilustre. Eu tenho o privilégio de chamá-lo de meu amigo. Pude integrar sua assessoria no período em que estive ausente da Prefeitura de Andradas, entre os anos de 2021 e 2022. O senador Rodrigo Pacheco, no primeiro contato conosco, no ano de 2014, quando candidato a deputado federal, recebeu de nós um "não", isto é, não pudemos apoiá-lo como deputado federal porque tínhamos compromisso com outro deputado da nossa região. E nesse momento do "não" é que nós avaliamos e conseguimos ver a grandeza de um homem público, que, mesmo não sendo apoiado, tornou-se um representante de Andradas, um representante do Sul de Minas Gerais, garantindo recursos, garantindo representatividade, garantindo apoio ao nosso município. Com certeza, é um nome que consagra Minas Gerais. Muitas vezes ocorre um cenário controverso, como o de hoje, com a questão da polarização ideológica, mas ele é um mineiro que deixa seu nome marcado na história do Brasil como uma grande liderança do Parlamento nacional; com certeza é um nome que sempre será defendido por mim. Independentemente de termos às vezes amigos que pensam de forma diferente, Rodrigo Pacheco é uma grande liderança, é um amigo que tenho orgulho de ter. Com certeza o defenderei.

Também preciso acrescentar aqui a minha passagem pela Associação Mineira de Municípios, essa entidade municipalista que representa muito bem o segmento e que muitas vezes é o elo mais fraco da corrente. Embora a nossa Constituição coloque União, estado e município como entes da Federação, sabemos que o município é o ente que assume 80% dos serviços prestados à população e tem pouco mais de 20% da receita para poder atender as necessidades da população. Então eu me coloco aqui, hoje, como um deputado estadual de Minas Gerais defensor do municipalismo, defensor da saúde municipal, da educação municipal, da segurança pública municipal, defensor das pautas que envolvam o desenvolvimento econômico, o turismo, o agronegócio e principalmente a agricultura familiar. É de fato através dos municípios que nós conseguiremos levar as políticas públicas que fazem a diferença na vida da população. Esse é um compromisso que eu trago. Assim como eu, há diversos ex-prefeitos aqui, neste Parlamento. E quem não é ex-prefeito tem relação com os municípios, tem suas bases eleitorais nos municípios, tem mãe, tem pai, tem irmão, tem filho prefeito, e precisamos unir as nossas forças em torno de uma política municipalista, defendendo a população que vive em cada um dos 853 municípios do nosso Estado de Minas Gerais.

Falando um pouquinho aqui da nossa relação partidária, com muito orgulho, desde o ano de 2019, eu me encontro filiado ao partido Democratas, que recentemente fez fusão com o PSL, tornando-se União Brasil, partido que teve autonomia nas eleições estaduais, não estando compondo nenhuma das candidaturas que pleitearam o governo do Estado. Portanto, a deputada Ione, o deputado Arnaldo e eu fomos eleitos dentro de uma independência, dentro de uma independência, mas com um compromisso com Minas Gerais. E houve, da parte nossa, nesse momento, a decisão de integrarmos a base do governo do Estado de Minas Gerais. Sabemos que todo governo não traz em si a perfeição, mas nós respeitamos a gestão do atual governador Romeu Zema, nós acreditamos na possibilidade de ele levar o nosso estado adiante. Quero deixar claro aqui que a minha posição por cada parlamentar é de respeito. Nós podemos ter ideias e posicionamentos divergentes, no entanto o respeito deve sempre ser a palavra que norteia a nossa relação. Com certeza é possível ter a boa convivência. O Parlamento traz toda a pluralidade do Estado de Minas Gerais: a representatividade feminina, a representatividade negra, a representatividade homossexual, a representatividade religiosa, a representatividade regional e a representatividade cultural. Minas Gerais está sintetizada nos 77 parlamentares aqui eleitos para esta 20ª Legislatura. Cada um de nós deve ser respeitado nas suas colocações. Cada divergência deve ser respeitosa. Cada pontuação deve considerar com certeza a autonomia e a legitimidade que cada deputado tem. Coloco-me aqui a serviço do Parlamento mineiro, a serviço de Minas Gerais, à disposição das nobres colegas deputadas, dos nobres colegas deputados, à disposição do Estado de Minas Gerais, do Poder Executivo, à disposição para o diálogo com o Poder Legislativo municipal, com os Poderes Executivos municipais, com os consórcios regionais, que prestam um trabalho extraordinário nas diversas regiões do nosso estado.

Com essa fala de apresentação aqui, hoje, quero dizer que, com muito orgulho, com muita alegria e com muita humildade, venho me apresentar a Minas Gerais neste Parlamento, venho me apresentar a cada um que o compõe. Estou aqui para trabalhar e fazer a diferença, para trabalhar pelo que é correto e para respeitar o posicionamento, as opiniões e, principalmente, cada uma e cada um que compõe este Parlamento mineiro.

Agradeço, Sr. Presidente, aos nobres colegas e a todos que nos acompanham. Contem sempre com o deputado Rodrigo Lopes em prol das causas de Minas Gerais. Muito obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas deputadas e deputados aqui presentes, aqueles que nos assistem de maneira remota, servidores desta Casa, telespectadores da TV Assembleia. É um prazer imenso falar mais uma vez aqui, nesta tribuna.

Geralmente, subimos aqui querendo tratar de um tema, mas, vendo aqui alguns colegas deputados que já usaram esta tribuna... Vou citar o nome de alguns oradores, algumas falas que acompanhei aqui dos colegas novatos. O Cristiano falou aqui. O Adriano já fez fala aqui também. O Grego já fez uso desta tribuna. É interessante que, mesmo sendo colegas que têm ideologias diferentes... Eu falo para o companheiro Ricardo que é interessante ver os colegas subirem aqui e falarem a história de vida deles, como chegaram até aqui. Companheiro que acabou de falar aqui, Rodrigo Lopes, parabéns por sua história de vida! É mais um professor nesta Casa. Isso é importante. E são colegas que vêm desarmados, desarmados de ódio e armados com muito amor, armados com partilha, com solidariedade. Isso é muito bom, companheiros. Parabéns a todos vocês.

Queria aqui dizer dos companheiros do nosso bloco, da nossa federação, que já fizeram uso da palavra aqui. Ao ver a companheira Macaé usar este espaço, eu fico lembrando da minha primeira fala aqui, Macaé. Às vezes, a gente vê as pessoas e não deixa de ter uma atenção no primeiro momento em que usam o espaço. E você, com tanta desenvoltura, já ocupou cargos importantes neste estado. Parabéns pelas posições que você colocou aqui.

É bom não simplesmente a gente falar que defende isso, que tem que haver mais mulheres na política. É preciso que a gente mostre isso com atitudes no dia a dia. Eu fico muito feliz de ver você ocupando este espaço.

Companheira Lohanna, é uma satisfação imensa tê-la. Eu não pude acompanhar toda a sua fala nesta semana, mas, como eu lhe disse, eu já acompanhava algumas de suas falas; já eram conhecidas. Os meus filhos acompanham alguns de seus vídeos. Então é uma satisfação imensa ter uma companheira aguerrida. Seja muito bem-vinda a esta Casa. E, como você também colocou, armada com muito amor, com muita partilha, com muita solidariedade, para construirmos juntos. Aqui ninguém quer aniquilar ninguém. Nós não queremos matar o centro nem a direita. Nós não queremos aniquilar ninguém. É importante que todas as partes estejam aqui. É através da comunhão de todas as partes que a gente constrói um todo. E você fez um discurso muito bonito ao falar de todos os campos aqui presentes.

Parabéns à companheira Bella, que também ocupou este espaço com muita coragem, com muita determinação. A gente se conhece de outras lutas por moradia. Eu conheci a Bella da luta por moradia. Ela, naquele momento, talvez nem sonhava em ocupar este espaço, ou dentro de você talvez houvesse um sonho, como você colocou aqui, ontem, também. Fico muito feliz de ver você aqui, Bella, muito feliz mesmo. Acho que a Assembleia ganha. O nosso bloco ganha em tê-las aqui, mulheres aguerridas, conosco.

Ontem ouvi o companheiro Ricardo falar. Eu ia pedir um aparte, mas, geralmente, nessa primeira fala, a gente deixa os companheiros falarem muito à vontade, pois, às vezes, há tanto assunto para falar, e a gente entra e acaba atrapalhando. Quero falar também, Ricardo, que você lembrou de tantos fatos aqui. Eu não me lembro de você ter se lembrado do Idene. Também eram tantos assuntos... E você prestou um papel importante. Você sabe como é duro o convívio com a seca e, ainda jovem, você teve a oportunidade de ocupar aquele espaço e de dialogar mais ainda. E tantos outros companheiros usaram este espaço aqui pela primeira vez. Parabéns! Sejam muito bem-vindos todos vocês. Independentemente de questão, de em que lado vocês estejam e de ideologias, eu acho que a gente tem muito o que construir.

Ontem eu acompanhei atentamente também a fala do companheiro Cristiano, que falou sobre BR, Marquinho. Você, assim como eu, também entende isso e anda nessas estradas, principalmente nas estradas dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Ele citou algo muito importante aqui também: falou do encontro do governador com o senador e que esperava que se debatessem temas importantes para Minas Gerais.

Parece-me que a deputada Andréia de Jesus também fez uma postagem sobre essa questão do fazer prancha, não é deputada, Andréia? Parece-me que você fez uma postagem nessa linha. Eu fiquei tentando fazer umas comparações: lá atrás, quando eu apresentei um projeto de lei nesta Casa para que governador e secretários... Esse projeto está tramitando na Casa, companheiros deputados. Alguns podem achar um absurdo, mas, quando apresentei um projeto para que quando governadores e secretários forem às regiões, a não ser que seja uma urgência, sejam obrigados a ir de carro e não de avião – afinal de contas, o governador foi eleito dizendo que não ia usar avião –, alguns acharam isso um absurdo, e eles procuraram responder fazendo vídeos. Naquela semana, o governador fez um vídeo tirando e chupando uma manga na casa dele. Depois, eu vi uma coluna muito interessante do jornal O Tempo, que colocou assim: "Chupando manga, sim, mas andando de carro".

Eu me lembro do primeiro poema que eu li na minha vida, o de Carlos Drummond de Andrade que fala das pedras no meio do caminho – "no meio do caminho tem uma pedra"; nunca me esquecerei desse fato. Eu lembro que queria fazer um paralelo desse poema com os buracos: no meio da estrada tem um buraco. Mas não é só um buraco; tem muitos buracos no meio da estrada. E não tem como eu me esquecer desse fato, de tantos buracos no meio da estrada. Logo mais – hoje não vai ser, vai ser amanhã pela manhã –, mais uma vez, eu vou pegar as estradas e vou me lembrar do poema de Carlos Drummond de Andrade. Mas não é uma pedra no meio do caminho; são buracos no meio do caminho, e muitos.

Enquanto a gente vê muitos buracos no meio do caminho, a gente vê o governador disputar pranchinha. Eu quero convidá-lo – e eu já vou dizendo que eu não quero fazer disputa, porque eu não vou conseguir, eu estou com três hérnias de disco devido aos buracos no meio do caminho – a fazer rapel numa cratera que existe há mais de um ano na estrada entre Virgem da Lapa a Ijicatu. Eu quero ver se ele consegue. Talvez, se for difícil, ele consiga fazer um salto com vara naquela cratera. Salto triplo não vai dar, porque a distância entre as margens do buraco, deputado Ricardo, é imensa. Ele deve ter 20 metros de profundidade. Ele já tomou mais da metade da estrada, numa estrada que foi inaugurada há quatro anos – há quatro anos. E o Estado tinha como recorrer à empresa que fez a estrada, mas ele não quis.

Eu fico pensando, com todo respeito, se essa cratera estaria lá se fosse próxima a Araxá. Mas ela fica numa região que se chama Jequitinhonha, que se chama Vale do Jequitinhonha. Por isso ela está lá.

Eu quero lembrar – e já vou lhe conceder aparte, deputado Ricardo – que eu nunca tinha visto o governador falar da BR-367. É federal, é verdade, mas, como foi lembrado aqui ontem pelo deputado Cristiano, a parceria era tão grande que ele poderia ter cobrado. Agora, quando o presidente Lula chamou os governadores para que cada um fale das três obras prioritárias, ele não se lembrou do Vale do Jequitinhonha. Mas, na campanha dele, ele se lembrou que lá havia pessoas, mulheres que trabalhavam por R\$300,00; que era fácil, deputado; que se fosse uma empresa para lá conseguiria facilmente tantos e tantos funcionários, que bastava pagar R\$300,00. Ele é conhecedor disso, porque ele tem loja Zema por tudo quanto é canto – lá no Vale do Jequitinhonha ele tem muitas.

O deputado Ricardo Campos (em aparte) – Obrigado, deputado Doutor Jean. Muito bem disse o senhor aqui das mazelas do Estado com relação às rodovias da nossa região do Norte e do Nordeste, dos nossos gerais. E eu não poderia deixar de trazer aqui a informação do contrário feito pelo nosso governo do presidente Lula. Recebemos recentemente a informação do nosso amigo, do deputado federal Paulo Guedes, da tão sonhada obra da BR-135, que liga o Município de Itacarambi ao Município de Manga: que desde 2016 constavam recursos no orçamento para ser concluído aquele tão sonhado processo de licitação e asfaltamento de um trecho de 48km. O governo anterior sequer deu prioridade àquilo que ele falava que daria; colocou apenas R\$6.000.000,00 no

orçamento para 2023, o que não previa nem sequer uma licença ambiental. Mas, com o esforço do nosso amigo, do deputado federal Paulo Guedes, e com a priorização do presidente Lula para a nossa região, foi aportado um adicional no orçamento de R\$124.000.000,00. O projeto já foi licitado, a obra já foi licitada, e com as bênçãos de Deus, logo, logo, nós veremos a ordem de serviço ser dada para uma obra tão importante que vai ligar o asfalto do extremo Norte com a divisa da Bahia. E assim também a mesma coisa com a BR-367, cuja obra o senhor, juntamente com o nosso amigo deputado Marquinho Lemos, também tem lutado tanto para que o governo federal conclua, e o presidente Lula está priorizando isso. Então essas boas notícias nós temos que informar aqui para os nossos mineiros, em especial para o povo dos gerais. Muito obrigado, deputado.

O deputado Doutor Jean Freire – Obrigado, deputado Ricardo. Isso contribui muito com a nossa fala. Parabéns mais uma vez por sua história aqui nesta Casa e pelo propósito que coloca a si mesmo como deputado.

O governo federal que passou, provavelmente, acredito que não era muito de leituras, provavelmente não leu Carlos Drummond de Andrade. As pedras que Carlos Drummond de Andrade falava eram outras, mas ele deixou, deputado Ricardo, deputada Bella, também uma pedra no meio do caminho. Tantas ele deixou, não é? Pedras malvadas, do mal, mas lá, no Jequitinhonha, ele esteve e deu ordem de serviço para a BR-367. Lá há a pedra, não é? A pedra de ordem, a pedra fundamental de ordem, há a placa lá marcando o prazo de término da obra, mas a obra mal, mal se iniciou, mal, mal. Acho que não fizeram 1% da obra, que está lá a deus-dará. E, independentemente de qualquer coisa, os buracos não foram feitos agora, e nós vamos lutar. Toda essa bancada vai lutar para que o presidente Lula, que tem um carinho tão imenso para com o Vale de Jequitinhonha, efetue essa estrada, a BR-367.

Cidades em que a gente fazia em 35, 40 minutos, deputado Bechir, hoje gastamos 2 horas e meia. V. Exa. conhece a região. É triste, eu como médico, imaginar que, às vezes, avião tem que pegar um paciente, não porque o paciente precisa ir de avião. O Samu não dá conta mais, aliás, servidores tão dedicados, condutores tão dedicados, que recebem tão mal, com ambulâncias em péssimo estado, passam por aqueles buracos. Outro dia nós solicitamos uma vaga para um paciente de Itaobim para Diamantina. A vaga foi solicitada sexta-feira à noite e saiu sexta-feira, à noite. Eu saí daqui para acompanhar o paciente em Diamantina, pai de um grande amigo meu, no sábado, após o almoço. Quando eu estava chegando em Diamantina, ao hospital, havia poucos minutos que o paciente havia chegado. Olhem para vocês verem. Olhem a demora no tratamento por causa dos buracos no meio dos caminhos.

O deputado Caporezzo – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputados.

Em primeiro lugar, fora Lula! Bem, aconteceu algo extremamente sério na cidade de Januária, na Apae. Um palestrante, cujo nome é Dr. Leandro Ramires, fez uma declaração completamente preconceituosa, uma declaração vergonhosa, atacando o trabalho da Polícia Militar. Ele falou o seguinte: "Para um macarrãozinho no braço virar dois e dois macarrõeszinhos virarem três..." – se referindo à divisa de soldado, cabo e sargento dentro da Polícia Militar – "o critério utilizado deve ser o quê? A quantidade de preto, pobre e favelado que o policial mata". A palestra era a respeito do uso medicinal da cannabis. Pelo visto, acho que esse médico deve ter utilizado a Cannabis de alguma outra forma, que não a medicinal para falar tanta borraça, para falar tanta besteira com tamanho desrespeito para com a Polícia Militar.

Deixa eu contar uma coisa para o senhor: eu sou cabo da Polícia Militar, tive muitos comandantes negros, muitos comandantes pobres. O cara que entra como praça da Polícia Militar não é rico, não, está bom? Eu mesmo já vivi em favela também. Então esse tipo de mentalidade preconceituosa é mentirosa e faz com que a narrativa ideológica deturpe a realidade da Polícia Militar. O policial militar mineiro não merece esse tipo de declaração, o policial militar mineiro não é racista. Nós enxergamos apenas uma cor, que é o cáqui da nossa farda; e, em relação à população, nós só enxergamos o vermelho do nosso sangue, que é o mesmo para todos. Então fica aqui registrado o meu total repúdio contra esse sujeito abjeto que fez essa declaração completamente absurda.

Mudando aqui de assunto, ontem eu falei a respeito do caso da Pfizer, em que o 03 da Pfizer, Jordan Walker, deu uma declaração falando que a gigante farmacêutica estaria desenvolvendo vírus para, com isso, vender vacina. Isso é uma declaração dele,

que saiu na Fox News, que saiu em toda a mídia internacional e só não na mídia brasileira, que é chapa branca. Então a deputada desta Casa, do PT, a mais votada do PT desta Casa, falou que, na verdade, eu estava defendendo um absurdo, defendendo, sim, que os pais pudessem matar os seus filhos, porque, quando você não vacina alguém, quando você não vacina a criança, você a estaria condenando à morte. Olha, isso não é verdade. Mas já que é esse o critério, eu quero dar os parabéns à deputada do PT e colocar o nome dela na lista de deputados que são contra o aborto. Já que ela é contra os pais matarem os seus filhos, ela tem que ser contra o aborto também, não é? Já que o PT, que é o partido dela, de maneira vergonhosa, apoia o aborto, que é um verdadeiro infanticídio, quero deixar isso bem claro e bem registrado aqui. A direita vive em Minas Gerais! Obrigado pelo espaço, presidente.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente Bechir, colegas deputadas e deputados, trabalhadores aqui da Casa e público que acompanha a TV Assembleia pelas redes sociais.

Presidente e colegas, eu me inscrevi para trazer duas reflexões e denúncias, não é? Durante dois anos eu estive à frente da Comissão de Direitos Humanos, na legislatura passada, e a gente continua acompanhando os sérios desafios que são os conflitos fundiários aqui, no Estado de Minas Gerais. Ao falar dos conflitos fundiários, eu trago aqui, mais uma vez, a denúncia vinda lá do Vale de Jequitinhonha, do Norte de Minas. O Doutor Jean estava aqui antes falando do desafio do Norte de Minas. Eu também trago, Doutor Jean, o caso dos acampados na Fazenda Canabrava, lá, em Buritizeiro. É uma comunidade tradicional ribeirinha, que tem suas práticas tradicionais e ancestrais, de centenas de anos, que está lá reproduzindo a cultura tão importante para o Estado de Minas Gerais, que quer aproveitar a margem do Rio São Francisco, do Velho Chico, para plantar, para colher, para desenvolver a sua cultura. Esses acampados estão sendo sempre ameaçados por oportunistas, fazendeiros, que querem se apropriar desses territórios, que são as margens dos rios. Historicamente, do Egito até o Brasil, essas são áreas muito ricas em minerais e, diante da disputa do acesso à água, estão lá os fazendeiros tentando expulsar os ribeirinhos.

O deputado Jean, que acompanha isso muito de perto, sabe o desafio que é fazer com que o Estado de Minas Gerais garanta às comunidades tradicionais o seu direito de permanecer nos seus territórios ancestrais. Nós estamos falando de audiências e mais audiências, e a última foi agora no dia 30 de janeiro. Nós acompanhamos a comunidade desesperada, jovens, crianças e idosos, que hoje já não tem o direito de ir lá pegar o peixe para comer. Uma comunidade que cresceu da pesca, do plantio, da agricultura está ali sendo ameaçada. E o Judiciário já se posicionou: é direito deles permanecerem na terra. Mas a efetividade disso é um desafio porque o Estado vira as costas. Aliás, não vira as costas; o Estado tem lado, não é? E sempre está em defesa desses que ficam especulando as terras. Estão invadindo as terras desde Cabral, e nós estamos aqui ouvindo toda a população, ouvindo as mães, os pescadores, as mulheres agricultoras, as mulheres artesãs, dizendo: "Olha, eu nasci e cresci nesse território. Aqui é do meu avô, aqui é do meu bisavô". Toda essa história é repetida incansavelmente diante do Judiciário. Infelizmente está lá um pseudofazendeiro, que não tem nada a ver com a economia da agricultura, não tem nada a ver com o desenvolvimento ou o progresso; pelo contrário, ele está lá especulando, colocando jagunço atrás do povo. E esses jagunços falam mais alto do que a pseudosseguurança pública, que infelizmente, às vezes, também cumpre esse papel de dar manutenção aos privilégios.

Presidente, trago essa informação e quero dizer que aqui, na Casa, muitas vezes, a gente ouve o discurso sobre o que é direito humano. É óbvio que aqui, na Casa, há uma comissão cujo papel é acompanhar as políticas públicas e garantir que sejam efetivadas. Então todos aqueles que a gente recebe no gabinete para fazer denúncias é porque tiveram seus direitos violados, porque o Estado não cumpre o papel constitucional, o mínimo constitucional, que é garantir o direito de ir e vir, a garantia do território e a garantia do trabalho. Por isso as pessoas procuram a Comissão de Direitos Humanos desta Casa: porque o Estado nega direitos previstos em legislações importantes, como a Constituição, e também em legislações infraconstitucionais, que também são descumpridas. E isso é crime! Quando o governador nega o direito de ir e vir por não haver estradas no Norte de Minas, é violação de direitos humanos. Quando a gente vê as comunidades sem dormir por causa de helicóptero passando, dando rasante para atender a interesses de uma minoria, é violação de direitos humanos. Então, quando a gente falar de direitos humanos, é muito tranquilo dizer:

que se garanta alimentação, que se garanta transporte, que se garanta escola, que se garanta acesso à saúde. Assim, essa comissão estaria hoje com mais fôlego, inclusive para propor. Eu defendo que a Comissão Direitos Humanos tenha papel propositivo aqui, na Casa, e não só reativo a um Estado que nega direito à maioria de preto e pobre. Aí eu quero adentrar na pauta, que também tomou espaço, nesta Casa, da legalização da Cannabis, da legalização da maconha, pauta estratégica para discutir segurança pública, pauta estratégica para discutir elementos importantes que já avançaram em outros estados. Minas Gerais precisa também se comprometer a pensar na maconha como remédio para salvar vidas, e não para servir de argumento para a perseguição da maioria das pessoas pobres, que estão buscando trabalho, da maioria da juventude, juventude negra, que também cobra oportunidade. É importante a gente trabalhar com redes cidadãs que deem apoio aos usuários, com as medicinas, pois muitos médicos, hoje, infelizmente, precisam judicializar para acessar o que lhes é de direito, que garantam a fiscalização, os repasses federais e estaduais que vão para o SUS e para o Suas, para a manutenção e a ampliação de política de redução de danos. Não é punindo, não é proibindo que a gente vai garantir que as pessoas tenham saúde pública. Nós precisamos discutir a legalização da Cannabis, um princípio conhecido como maconha. É importante discutir isso no campo da saúde. Essa proibição só mata e mata aqueles para os quais o Estado tem sempre uma desculpa para negar direitos. Não é o primeiro direito negado, que é o acesso à maconha.

Fortalecer os órgãos de controle social dos serviços públicos de saúde, da política antidrogas, bem como o conselho estadual; atuar na construção de leis que definam poderes deliberativos e composição partidária. Nós precisamos pensar e discutir com lealdade, como aqueles que de fato querem reduzir as mortes em territórios vulneráveis, como os territórios de que de fato nós viemos.

Eu sei ainda que o povo negro, que as mulheres, que as mães estão lutando, sim, pelo direito de ser mãe. Estão vivendo em territórios hoje onde a presença do Estado é sempre a presença armada, uma presença que intimida. Então lutar e discutir com responsabilidade a cannabis e a legalização da maconha é, sim, discutir do ponto de vista do usuário livre, para a gente enfrentar o encarceramento em massa. Hoje o sistema de justiça não está preocupado com vidas, muito pelo contrário. A defesa do encarceramento é para defender a propriedade. A maioria das leis hoje, que orientam a segurança pública, é para defender posse, propriedade, não estão discutindo vida. Basta abrir os canais de televisão e ver a quantidade de casos de homicídio que nem sequer são investigados. Então nós estamos falando que crimes contra a vida ficam de lado diante de um estado que se propõe apenas a defender propriedade, porque está ali defendendo privilégios, e isso precisa ser denunciado.

E, para concluir, presidente, colegas, a responsabilidade pela vida também passa por garantir que o debate das drogas é um debate para não matar. A gente precisa atuar pela reconstrução da formação dos agentes públicos, buscando uma segurança cidadã contrária à política de guerra às drogas, porque não existe... A guerra é contra pessoas, e os números não mentem: a cada 20 minutos um jovem negro tomba num estado que mata, mata agindo ou mata omitindo direitos, que persegue a vida nos territórios negros e pobres.

Também buscar garantir a melhoria na ampliação do funcionamento da Defensoria Pública. Vários municípios não têm defensores públicos. Nós precisamos discutir segurança, discutir políticas de segurança pública, trazendo todos esses atores à responsabilidade.

Por fim, atuar no debate e no desenvolvimento da desmilitarização das políticas e das polícias de Estado. Nós não estamos em guerra. É inadmissível hoje a gente ter uma polícia, que deveria ser preventiva nos territórios, ainda militarizada, entrando em território, buscando inimigos. O papel da polícia, o papel da segurança pública é estar presente nos territórios de forma comunitária, garantindo o direito de todos, inclusive o direito dos trabalhadores da segurança pública, que hoje seguem ameaçados por essa política que elimina os de baixo, porque os grandes coronéis dos salários de R\$30.000,00 não são atingidos. Os atingidos são esse trabalhadores que estão na rua. Então vamos discutir com honestidade qual é a política de combate às mortes e garantia da vida.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Obrigado, deputada Andréia. Parabéns, mais uma vez. Você, Andréia, é uma deputada que não se acomoda com as coisas que a incomodam, e, quando a gente é assim, a gente incomoda muita gente. Então que você continue assim.

Eu pedi um aparte, Andréia, só para registrar porque hoje foi tratado aqui pelo companheiro um tema que também nós já discutimos na luz da cannabis, o canabinol. É só para registrar que já existe um projeto nesta Casa, o Projeto de Lei nº 3.274/2021, de autoria da nossa companheira Beatriz. Então nós queremos somar esforços para que isso ande aqui nesta Casa. Já houve audiência pública aqui, nesta Casa, em outros tempos.

E mais uma vez quero lhe parabenizar por colocar os direitos humanos em todos os seus aspectos, não só na segurança, tirando aquele conceito que muitos tentam colocar na cabeça das pessoas, aquela frasezinha que diz: "Direitos humanos para pessoas humanas". Os direitos humanos têm que ser dados para todos e todas, e V. Exa., quer dizer, você – permita-me chamá-la de "você" porque ontem ouvi a Bella comentando essa questão dessa formalidade – traz muito bem essa demanda para esta Casa, em todos os seus aspectos. Parabéns! E, quando a gente incomoda assim, eu acho é que você fica é feliz de incomodar muito. Parabéns!

A deputada Andréia de Jesus – Obrigada, deputado. Nós temos trajetória. A minha história legitima falar e sempre denunciar os territórios em que os meus estão morrendo por falta de Estado. O Estado vira as costas e continua virando as costas, e a gente precisa discutir com honestidade, e nós temos argumento. A gente estuda, e, naquilo que a gente não sabe, a gente se debruça, pesquisa, vai atrás da universidade. Então nós temos argumento para discutir não só a Cannabis, mas também uma política de drogas que preserve a vida. Obrigada, presidente.

O deputado Leleco Pimentel – Gostaria de registrar a nossa saudação de boa tarde no Plenário da Assembleia Legislativa. Nesta semana, presidente Duarte Bechir, que, neste momento, ao lado do deputado Antonio Carlos Arantes, compõe a Mesa da Assembleia, eu pude agradecer a uma parte daqueles e daquelas que nos possibilitaram estar aqui, na Assembleia, junto ao projeto. Neste momento, encontra-se presente conosco o deputado federal Padre João, egresso desta Casa. O deputado Padre João teve dois mandatos nesta Casa, sendo o primeiro em 2003 e o segundo quando foi reeleito. Agora ele está cumprindo o seu quarto mandato federal, e nós poderemos retomar aqui, na Casa, o projeto que chamamos de Juntos para Servir.

Outro dia me faltou dizer, e aqui faço essa correção, da importância da presença da nossa avó durante a nossa posse, deputado Doutor Jean Freire. A gente teve a alegria de ter aqui a D. Raimunda Pimentel, a minha mãe Elaine Pimentel e os meus irmãos. Todos também puderam vir aqui.

Somos filhos de famílias expulsas do campo, um processo que, desde a década de 1970, fez uma verdadeira mudança no quadro de migrações da população do Brasil. Até 1970, 87% da nossa população residia no campo. Nós éramos 90 milhões – aqueles que são amantes de futebol vão se lembrar dos 90 milhões em ação –, sendo que 87% vivia no campo e do campo. Hoje nós temos uma população três vezes maior, praticamente, e nós temos o inverso: 87% da nossa população já vive naquilo que nós chamamos de "espaços urbanos", mas nem tão urbanos assim, porque a gente sabe que hoje o acesso aos serviços públicos de saneamento e infraestrutura é negado a essa população que continua invisível, morando naquilo que sobrou, e não naquilo que teve por opção ou por salário. E quero lembrar também da história da criação do próprio Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que era para garantir a moradia.

De fato, ao agradecer a essas pessoas que foram expulsas do campo e que dão sentido profundo à palavra "campesinato", uma palavra que foi excluída do dicionário da classe trabalhadora por conta de um projeto político que hoje chama a população do campo de população rural e que, quando vai tratar daquele e daquela que botam a comida na mesa do brasileiro, chamam isso de agricultura familiar... Mas, de fato, a disputa do conceito de campesinato, que traz consigo a consciência de classe, deve ser resgatada e retomada aqui, neste Plenário, e por isso nós fizemos questão de registrar a nossa presença aqui novamente, deputado Duarte Bechir.

Nós estamos aqui também – eu, professor de história, músico e educador popular – trazendo o tema da educação do campo e no campo. Doutor Jean Freire, aqui, ao lado da Macaé, que foi secretária de Educação do Estado de Minas, e da Bella, a gente sabe que este tema é de alta sensibilidade. Primeiro, porque há uma política em curso de desmonte, de desmanche de toda a possibilidade de o jovem ou de a criança optar pelo campo, e essa disputa se dá pelo agronegócio que expulsa os pobres da terra. Isso quando não os quer escravos, os escravos modernos, por isso o Estado de Minas Gerais continua sendo recordista no número de pessoas em situação de trabalho escravo. Não há que se dizer "análogo" porque nós já abolimos, pelo menos diante da nossa luta, a escravidão do nosso mapa. Então não há que se dizer que há trabalho análogo a escravo, na verdade, há escravidão. É por isso que a educação do campo e no campo é a forma de resistência. As escolas família-agrícola, os territórios quilombolas, também os assentamentos são hoje forma de a gente retomar a política do campo e no campo e de ter direito à sucessão, com internet, com vida digna.

Minha companheira, deputada Macaé, me pede esse aparte, e eu fico muito feliz de poder compartilhar e socializar com você este momento.

A deputada Macaé Evaristo (em aparte) – Boa tarde, deputado Leleco, deputado Duarte Bechir. Peço aparte para também compartilhar com você essa preocupação com a educação do campo, com a educação escolar indígena, com a educação escolar quilombola. Nós sabemos que essas áreas na educação são aquelas em que a gente tem o maior número de pouco atendimento, de baixo atendimento. Na verdade, quando a gente pensa em crianças fora da escola, se a gente for procurar onde é que está o maior número dessas crianças, nós vamos achar nessas comunidades: no campo, nas populações indígenas, nas comunidades quilombolas, nas periferias urbanas, e, deputado Duarte Bechir, também cito as crianças com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades.

Nós estamos vivendo um momento bastante delicado no Estado de Minas Gerais. É preciso que esta Assembleia – e eu acho que aqui há muitos companheiros que defendem a escola, que defendem a escola pública – tenha um olhar muito detalhado para o que está acontecendo no nosso estado: fechamento de escolas, fechamento de salas de aulas. Uma proposta de plano de atendimento determina que, ao abrir as matrículas, as famílias podem escolher a escola de desejo e que cada família, então, tem três opções. Entretanto, a família escolhe, mas a sua opção nunca é observada. Então ela vai ser atendida na segunda e na terceira opção, e com isso a gente vai tendo um mecanismo silencioso de esvaziamento das escolas, de fechamento de escolas. E as populações do campo são aquelas que mais sofrem. Nós não temos visto serem implementadas em Minas Gerais as diretrizes para a educação escolar no campo, as diretrizes da educação escolar indígena; inclusive, na Secretaria de Estado de Educação, desapareceu essa área. A gente não sabe a quem se dirigir.

Então, deputado Leleco, a gente tem que fazer uma grande frente em defesa da escola pública para tratar do direito à educação e do atendimento de todas as crianças e jovens na escola pública em Minas Gerais.

O deputado Leleco Pimentel – Que alegria ser apartado e ter com você essa alegria de entrar neste Parlamento, companheira, professora, educadora e guerreira Macaé. Nosso companheiro...

O presidente – Antes de V. Exa. conceder a palavra ao deputado Doutor Jean Freire, nós vamos estender por mais 5 minutos para que V. Exa. possa concluir e conceder o aparte ao colega.

O deputado Leleco Pimentel – Agradeço a sensibilidade, Duarte Bechir, e passo a palavra ao nosso companheiro Doutor Jean. A gente agradece ao povo do Jequitinhonha de Minas por ter colocado você novamente na vida do povo, com a sensibilidade que tem, um médico, mas que é mais um cuidador da vida.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Muito obrigado, deputado Leleco. Obrigado pela sensibilidade, deputado, companheiro Bechir.

Quando você entrou no tema, e vendo você citar a companheira Macaé, eu não poderia deixar de registrar aqui, neste microfone, nos anais desta Casa, um fato ocorrido. Estávamos, eu e o deputado Rogério Correia, em Serra dos Aimorés, em um

domingo pela manhã, e fomos convidados a almoçar em um ambiente em que já tinha funcionado uma escola técnica agrícola. Fomos lá, no almoço, e aquele local estava abandonado. E aí o prefeito; o vice-prefeito, companheiro Luciano; o secretário de Agricultura... “Doutor Jean, nós precisamos fazer algo aqui. O que nós vamos fazer aqui?” Na hora não pensei um segundo, Leleco, e falei: uma escola do campo, para educação do campo, uma escola família agrícola. Procurei a companheira Macaé, levei a ideia, e a última escola criada neste estado, escola de educação do campo, se eu não me engano, a de número 22, foi criada quando V. Exa. era secretária de Educação deste estado. Eu tive a felicidade, Macaé, de ir várias vezes a essa escola, inclusive no dia da formatura da primeira turma.

Então, para terminar a minha fala, deputado Leleco: você quer saber o que é uma escola do campo? Você tem duas opções: ir até lá para ver todos os trabalhos que fazem ou pegar um aluno da escola do campo e colocá-lo para falar. Dê um microfone a ele. Você vai ver o que é educação do campo.

Muito obrigado, deputado. Estou feliz mesmo pela sua presença aqui. Falei de você hoje na tribuna, e de tantos companheiros, novatos que sejam, para somar esforços a essa luta.

O deputado Leleco Pimentel – Gratidão Jean.

Eu tenho tempo ainda, Duarte Bechir, mas eu queria... Com esse aparte de Doutor Jean, eu quero provocar aqui para que o Doutor Jean convide o deputado Washington, que é conhecido por nós como Sargento Rodrigues, que é de Serra dos Aimorés, para fazer uma visita a essa escola, para que ele possa também somar esforços em defesa da vida, já que nós ontem pudemos lembrá-lo de que lá na escola todo mundo se vacinou.

E é importante que a gente possa dar um aparte também à nossa deputada estadual, lutadora pela moradia, a guerreira Bella, Isabella – mas ela mesma aceita ser chamada assim porque é carinhoso e respeitoso.

A deputada Bella Gonçalves (em aparte) – Está certo. Leleco, são importantíssimos os temas que você traz para cá. A relação entre o aumento da fome no Brasil e no Estado de Minas Gerais está diretamente ligada ao desmonte de uma política de fortalecimento da agricultura familiar e também de educação do campo. Afinal de contas, se não são dadas oportunidades e dignidade para os trabalhadores do campo, o que a gente vê são cidades cada vez mais insustentáveis e cada vez mais famintas, tendo que se alimentar com péssima qualidade e cada vez menos, não é? Então os dois temas se conectam muito: a luta do campo com a luta da cidade. E aí assim: os últimos anos foram anos de terra arrasada, não é, Leleco? O governo anterior, do qual eu também não gosto de citar o nome para ver se a gente esquece de uma vez – não é, Doutor Jean? Vi que você também não citou, e eu gostei –, o governo anterior desmontou várias dessas políticas, tentou desmontar políticas de soberania e segurança alimentar e também de educação do campo. Além disso houve um desmonte das políticas de enfrentamento e combate ao trabalho escravo. Como resultado disso, foi caindo ano após ano o número de pessoas resgatadas dessa condição. Inclusive, deixaram de publicar um anuário de pessoas, na verdade, de fazendeiros, empresários que exploram o trabalho escravo em Minas Gerais e no Brasil. Eu espero que a gente consiga fortalecer esses órgãos aqui também, em Minas Gerais. A gente sabe que se trata de uma política federal. Ainda bem que hoje temos uma modificação importante no governo federal, mas, aqui, no Estado, é importante construir toda essa articulação para o desmonte do trabalho escravo e para o desmonte dessa forma horrível como o campo é submetido a uma política suja, a uma política de superexploração, a uma política que produz fome, ausência de terra e ausência de educação. Parabéns! Conte comigo na luta.

O deputado Leleco Pimentel – Obrigado. Vocês viram que todos os apartes aqui nos levaram a uma proposta de o Estado brasileiro retomar as políticas públicas, seja com educação no campo e do campo para as populações, sobretudo para a juventude, que hoje clama também para ser vista, para que tenha condições de optar pelo campo. Esta máxima que a gente falava sobre retomar o conceito do campesinato não pode conviver com a ideia daqueles que acham que têm que fixar o jovem no campo. Ora, o que a gente fixa é um móvel, não gente.

Eu queria, então, convidar também o governador Zema para poder conhecer uma escola do campo em Minas Gerais. Em vez de buscar secretária lá, no Rio de Janeiro, para poder militarizar e privatizar a educação em Minas Gerais, a gente podia convidar o governador Zema, que gosta de ser jocoso, de se parecer com alguém do campo, para ir a uma escola do campo. Pode ser em Natalândia; pode ser aqui, no Vale do Jequitinhonha, onde nós temos nove escolas; na Zona da Mata; e até aqui pertinho, indo para o Sul de Minas, em Cruzília. Importante é que a gente diga a que viemos. Nós estamos nesta Casa, deputado Duarte Bechir, para a retomada de políticas públicas e para a retomada da dignidade e do respeito. Por isso, nós vamos enfrentar todos os algozes que deram as mãos para quem matou os ianomâmis, para quem matou e está matando o nosso povo de fone. É por isso que o campo será sempre o lugar da vida. E toda a nossa referência aqui, neste Plenário, será de respeito à agricultura familiar, de respeito ao jovem do campo e de recuperação do conceito de campesinato, que é uma luta pelo socialismo possível, urgente e necessário no Brasil e em Minas Gerais. Obrigado.

O presidente – Muito bem. Se o presidente pudesse apartear o deputado, certamente o teria feito quando a deputada Macaé Evaristo usou da palavra e falou sobre fechamento. Ela, quando secretária de Estado de Educação, foi muito eficiente, corajosa, ao não permitir o fechamento das escolas especiais do Estado. E eu, que já estava aqui naquela época e militava na defesa dos interesses da pessoa com deficiência, posso, de viva voz, dizer da participação importante e decisiva para que as escolas especiais hoje continuassem abertas. V. Exa. teve um papel muito especial. Fica guardada comigo a lembrança desse fato que marcou muito, com toda certeza, a vida das pessoas com deficiência. E eu, que já estou na Casa, indo para o quinto mandato, sei do valor e do trabalho. Parabéns a V. Exa.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra e agradece a presença do prefeito de Serrania, Luiz Gonzaga Ribeiro Neto, que está conosco nas galerias, e também do vereador Sérgio de Almeida. Muito obrigado pela participação e presença nesta reunião. Gostaria somente de anunciar, ainda, a presença entre nós do ilustre prefeito de Barroso, Anderson, acompanhado de sua esposa, Luciana. Sejam bem-vindos, e obrigado pela visita.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência reforma despachos anteriores e determina que os Projetos de Lei nºs 623/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, 2.132/2020, do deputado Mauro Tramonte, 2.418/2021, do deputado Gustavo Santana, e 2.830/2021, do deputado Noraldino Júnior, passem a tramitar nos termos do art. 193, combinado com o art. 102, do Regimento Interno, em razão da natureza da matéria.

Ficam mantidos a distribuição original dos referidos projetos de lei e os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 9 de fevereiro de 2023.

Duarte Bechir, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Bancadas do Partido Liberal e da Federação PSDB – Cidadania e pelas Representações Partidárias Patriota, Partido Democrático Trabalhista, Movimento

Democrático Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro, Solidariedade e Partido Republicano da Ordem Social; e pelas Bancadas do Progressistas e do Partido Social Democrático e pelas Representações Partidárias Republicanos, Podemos, Partido Social Cristão, Partido Novo, Partido da Mobilização Nacional, União Brasil e Avante, cujos teores foram publicados na edição anterior.

Questão de Ordem

O deputado Coronel Henrique – Boa tarde, Sr. Presidente. Eu gostaria, neste momento, de levar à reflexão uma tragédia humanitária que estamos vivendo no mundo. Nós temos hoje já confirmados 19 mil mortos no terremoto que atingiu a Turquia e a Síria, e uma estimativa da ONU de que poderá chegar a 40 mil, 50 mil mortos. Temos uma expectativa de mais de 100 mil pessoas soterradas. E, neste momento, eu gostaria de parabenizar o governador Romeu Zema, que ontem autorizou o deslocamento de seis militares do nosso Corpo de Bombeiros, que hoje já estão em São Paulo, prontos para embarcar para a Turquia. O Itamaraty fez essa solicitação, e um grupamento formado por militares do Corpo de Bombeiros de São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais seguirá para prestar essa ajuda humanitária tão importante neste momento dessa crise mundial. E gostaria de destacar, Sr. Presidente, neste momento, o Bemad, o nosso Batalhão de Emergências Ambientais e Resposta a Desastres, que já está lá, sob o comando do Maj. Heitor, subcomandante do batalhão, que comanda mais cinco militares que já possuem expertise não só de atuação em catástrofes aqui, no Brasil, mas também de reconhecida capacidade internacional, depois de ter atuado no Haiti, em Moçambique, levando para aquelas nações o suporte tão importante neste momento para, como eu disse, resgatar possíveis vidas que estão sob os escombros e também devolver às famílias aqueles que perderam a vida. Neste momento, eu também quero lembrar à Mesa diretora que tenho um projeto de lei, o de nº 2.903, tramitando nesta Casa, que regulamenta a ação dos cães farejadores das nossas forças de segurança. Estarão embarcando, na aeronave da FAB, quatro cães farejadores do Corpo de Bombeiros Militar de São Paulo, para ajudar nessa importante tarefa, que o ser humano não consegue realizar sozinho. Eu, como médico-veterinário, sei, e muitos sabem, da capacidade olfativa desses animais. Possuem capacidade 100 milhões de vezes maior que a capacidade humana. Mas é importante nós sabermos que as nossas forças de segurança, sob a responsabilidade do Estado, possuem animais que precisam ser bem cuidados e capacitados para essa tarefa. Essa lei, Sr. Presidente, busca regulamentar ações, por exemplo, do uso de cadáveres, para que esses cães possam fazer a busca. Nós sabemos que os cães precisam do odor – não só de munição, como de drogas – também nessa função tão importante de resgate de cadáveres, e há necessidade de uma regulamentação especial para que o Corpo de Bombeiros Militar, a nossa Polícia Militar, a Polícia Penal e a Polícia Civil adestrem os seus animais e busquem a excelência. Pois só neste momento de crise é que vemos a capacidade instalada nos nossos canis, com o treinamento dos nossos cães. Parabenizo o Cel. Erlon, nosso novo comandante-geral do Corpo de Bombeiros, por ter liderado essa liberação e esse deslocamento de seis militares mineiros do nosso Corpo de Bombeiros Militar para levarem o nome de Minas e do Brasil para atender uma demanda internacional. O nosso bombeiro militar é o amigo certo nas horas incertas. Vida longa ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito importante a fala de V. Exa., deputado Coronel Henrique, que nos dá a oportunidade de receber essa informação importantíssima para o País, principalmente para as ações do nosso Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Parabéns a V. Exa. e obrigado pela informação.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 14, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/2/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 10/2/2023, que nomeou Pedro Araújo Pinheiro, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 10/2/2023, que nomeou Rita de Cássia Moreira Lima Vilela, padrão VL-48, 6 horas, com exercício na Presidência;

exonerando Ademir Oliveira Pinto, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte;

exonerando Daniela Francisca Pereira, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lucas Lasmar;

exonerando Erika Fabiana de Andrade Cândido Teixeira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte;

exonerando, a partir de 13/2/2023, Fábio de Paiva Gardoni, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;

exonerando Hélio Marcassa Filho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte;

exonerando Paulo Roberto Chaves de Miranda, padrão VL-53, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

exonerando Sandra Cristina Costa Nascimento de Jesus, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Wendel Mesquita;

exonerando, a partir de 13/2/2023, Vicente Mendonça da Costa, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;

nomeando Ademir Oliveira Pinto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Arlinda Freire França, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Charles Siqueira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Claudiene Rodrigues Abreu, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Cleomar Quintal Ramos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Cristiane dos Santos Antão Lara, padrão VL-29, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Danielle Fernanda Quirino dos Santos, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Diego Ramos Batista Rainha, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Edilberto José Santos, padrão VL-39, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Elizabete Alves Franca, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Érico Fernando Guedes Saraiva, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Erika Fabiana de Andrade Cândido Teixeira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Evandro de Souza Carmo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Fabiano Galletti Tolentino, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Wendel Mesquita;

nomeando Fábio de Paiva Gardoni, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Fernando Torbay Gorayeb, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;

nomeando Gabriel Albuquerque Amaral Pinal, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Geraldo Magela Arco-Verde, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Guerino Cardoso de Oliveira, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Hélio Marcassa Filho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Hideraldo Costa Alves, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Iris Fagundes Maia de Melo, padrão VL-55, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Isabel Cristina Balbino de Andrade, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Isabella Lima Cavalière Carneiro, padrão VL-32, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Jaqueline Fernandes Patusco do Couto Rodrigues, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando João Benedito de Carvalho, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando João Gabriel Aparecido Belizário Marques, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando José Francisco Coelho de Oliveira, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando José Geraldo Geovanini, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando José Ronald de Sales Viana, padrão VL-48, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando José Vieira Alves, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Leandro de Souza Carvalho, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;

nomeando Lécio de Sousa Neto, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Leonardo de Araujo Ramalho, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Lucas Gontijo de Amorim Araújo, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

nomeando Luciana de Souza Cruz Silveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Luciano Lara Santana, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Luiz Carlos de Moraes Pinto, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Marcelo Pinto Coelho Lacerda, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Maria Herminia Alves Amorim de Almeida, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Nathamires Rodrigues Ferreira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Nilson Ribeiro de Almeida, padrão VL-56, 6 horas, com exercício na 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Patrícia Luciana Lima da Silva, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;
nomeando Pedro Rafael Gonçalves, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;
nomeando Petrina Mazarelo Alves Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na 1ª-Vice-Presidência;
nomeando Rafael Bueno Penha, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;
nomeando Richard Rodrigues Rocha, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança

Minas;
nomeando Rita de Cássia Vilasboas Ferreira, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;
nomeando Rivaldávio Pereira Santos, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança
Minas;

nomeando Samylla de Cássia Ibrahim Mól, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;
nomeando Sandra Cristina Costa Nascimento de Jesus, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;
nomeando Simone Abuid Moreira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;
nomeando Thiago dos Santos Gomes, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;
nomeando Vanessa Loyola Rodrigues, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;
nomeando Vicente Mendonça da Costa, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 4/2023

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 7/2023

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1º/3/2023, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acesso a sinais de televisão por assinatura.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/2/2023, na pág. 31, onde se lê:

“Pedro Augusto Pinheiro”, leia-se:

“Pedro Araújo Pinheiro”.